



## DESPERTANDO DE SONHOS INTRANQUILOS: A RELAÇÃO TENSIONAL ENTRE A ESCOLA E A BUROCRACIA

## DESPERTANDO DE SUEÑOS INTRANQUILOS: LA RELACIÓN TENCIONAL ENTRE LA ESCUELA Y LA BUROCRACIA

## AWAKENING FROM UNEASY DREAMS: THE TENSIONAL RELATION BETWEEN SCHOOL AND BUREAUCRACY

Cleriston Petry<sup>1</sup>

Certamente havia um perigo e ele estava bem acentuado na carta, apresentado com certa alegria, como se fosse inelutável. Era o fato de ser um trabalhador. Serviço, superior, trabalho, condições de pagamento, prestação de contas, trabalhador – disso a carta fervilhava e, mesmo que não estivesse dito outra coisa mais pessoal, ela era afirmada daquele ponto de vista. Se K. queria ser trabalhador, podia fazê-lo, mas tão-somente com a mais completa seriedade, sem qualquer perspectiva. K. sabia que não se ameaçava com a coerção real, essa ele não temia e aqui muito menos, mas a força do ambiente desencorajador, o hábito das decepções, a força das influências imperceptíveis de cada instante – tudo isso ele de qualquer modo temia, porém com esse perigo era preciso ousar lutar.  
Franz Kafka, *O Castelo*, p.33.

**Resumo:** No presente artigo estabeleço uma articulação entre escola e burocracia, compreendendo o funcionamento do “aparato burocrático” nas escolas, extraindo as consequências para o processo de subjetivação e singularização dos sujeitos. Ancorado em Hannah Arendt (1906-1975), parto do pressuposto de que a educação pode vir a contribuir com a esperança na superação da burocracia, por meio do “ensaio” para a vida pública, em que os estudantes são preparados para atuarem e fundarem novos corpos políticos, rompendo com estruturas burocráticas de relação, gestão e avaliação no interior de instituições educacionais.

---

<sup>1</sup> Universidade de Passo Fundo (UPF) – PROSUP/CAPEES. E-mail: [cleripetry@hotmail.com](mailto:cleripetry@hotmail.com)

# INTERFACES: EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

REVISTA DO CURSO DE PEDAGOGIA



FACULDADE CNEC  
Santo Ângelo

**Palavras-Chave:** Escola, burocracia, cidadania.

**Resumen:** En el texto, propongo pensar la relación entre la escuela y la burocracia, comprendiendo el funcionamiento y la articulación del “aparato burocrático” en las escuelas, sacando las consecuencias para los procesos de subjetivación y singularización de los sujetos. Por fin, en Hannah Arendt (1906-1975), he presupuesto que la educación puede contribuir con la esperanza en la superación de la burocracia, por medio de los “ensayos” para la vida pública, en que los estudiantes son preparados para actuar y fundamentaren nuevos cuerpos políticos, fragilizando las estructuras burocráticas y sus relaciones, gestiones y evaluaciones en el interior de las instituciones educacionales.

**Palabras-Clave:** Escuela, burocracia, ciudadanía.

**Abstract:** In this paper I propose to reflect upon the articulation between school and bureaucracy, understanding the functioning and articulation of the “bureaucratic apparatus” in schools, drawing consequences for the process of subjectivation and singularization of subjects. Grounded on Hannah Arendt (1906-1975), I start from the assumption that education can contribute with the hope of overcoming bureaucracy, through “rehearsal” for public life, in which learners are trained to act and found new political bodies, breaking with bureaucratic structures of relation, management and evaluation inside educational institutions.

**Keywords:** School, bureaucracy, citizenship.

## Introdução

A proposta do artigo que se inicia, é analisar a relação entre a escola, a burocracia e a cidadania democrática, tomando como base a sociologia de Max Weber (1864-1920). O problema a ser investigado deriva-se da ideia de que a escola, na Modernidade, assume o papel de principal instituição socializadora, atingindo a massa dos indivíduos. Nesse sentido, em contextos de sociedades democráticas é razoável que ela assuma a função de introduzir os estudantes na vida democrática. Todavia, percebe-se que a referida instituição se vê na necessidade de preparar também para o trabalho e a relação com o Estado, que é constituída pela burocracia, como modelo de gestão. Se a democracia for, no que tange à educação, não apenas o direito universal de frequentar a escola, mas também, o direito de participar dos processos decisórios numa conjuntura de relativo nivelamento social, como isso é possível se a burocracia tende a instaurar uma hierarquia de privilegiados e a impessoalidade, reduzindo consideravelmente a possibilidade de atuação política (livre)?

# INTERFACES: EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

REVISTA DO CURSO DE PEDAGOGIA



FACULDADE CNEC  
Santo Ângelo

Ademais, é preciso estudar a escola como uma instituição burocrática, cujos funcionários têm o papel de introduzir práticas democráticas com vistas à socialização e, ao mesmo tempo, atuam a partir de ordenamentos que reconhecem ou aceitam como legítimos, submetendo-se a eles, bem como seus alunos. Como não é possível extrair de Weber elementos normativos que sirvam de parâmetro de avaliação das condições de possibilidade de uma educação para a cidadania democrática em nosso contexto social, amparo-me na obra *O castelo* de Franz Kafka (1883-1924), com o intuito de utilizá-la como uma alegoria ao conceito de burocracia apresentado por Weber, mas com o acréscimo de juízos normativos e de valor. Além disso, Jürgen Habermas (1929 - ) argumenta que Weber opera com um conceito de racionalidade que não o permitiu compreender as possibilidades de resistência e de emancipação frente aos avanços da burocracia e das patologias sociais, que não são determinantes. Para o filósofo, é necessário retomar o projeto iluminista a partir de uma concepção mais ampliada de racionalidade que contemple não apenas a racionalidade voltada a fins, mas a racionalidade comunicativa, em que os agentes buscam o entendimento mediados pela linguagem. Tais juízos conduzirão à Hannah Arendt (1906-1975) e a necessidade de se pensar na ruptura da relação entre escola e burocracia para a consolidação do “ensaio” para a cidadania (impossibilitada pelo modelo de escola burocrática) calcada na esperança em relação à refundação de corpos políticos em detrimento da recolocação da burocracia fora do espaço da política, próprio do cidadão. Além de se constituir, por meio da ação, como condição de possibilidade para a ruptura em relação à impessoalidade burocrática, que conduz à negação do sujeito e de sua respectiva singularidade.

## 1 A dominação burocrática e a escola contemporânea

A sociedade ocidental contemporânea pode ser caracterizada como uma sociedade complexa, plural, capitalista e alicerçada (ao menos formalmente e intencionalmente) em valores democráticos ou, no mínimo, numa forma de governo democrática. Entretanto, parto do pressuposto de que a esses elementos é preciso acrescentar a burocracia como forma de organização e gestão de pessoas. Weber escreveu sua obra no momento de consolidação da burocracia no mundo ocidental, na virada do século XIX para o século XX, donde o leitor pode vir a questionar sobre a validade da problemática hoje. Utilizando o próprio pensador, sugiro que “uma burocracia muito bem desenvolvida constitui uma das organizações sociais de mais difícil destruição” (WEBER, 1992, p.741). Aqui se abre outro problema, sobre a explicação estrutural da sociedade, pois dizer que ela é de difícil destruição é negar aos indivíduos a possibilidade de fazer história e produzir a sociedade, como afirmei anteriormente. Weber é um pensador que parte da ação social, o que não significa permanecer nela. Entretanto, não é correto fazer uma análise desconsiderando as ações dos indivíduos. Minha hipótese é que a manutenção desse modelo de gestão e tipo de dominação ocorre, também, pelas práticas desenvolvidas na escola que tendem a

# INTERFACES: EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

REVISTA DO CURSO DE PEDAGOGIA



FACULDADE CNEC  
Santo Ângelo

tornar a burocracia aceitável e, até, desejável para os atores sociais. O mesmo vale para a ordem capitalista, que Weber considera “um imenso cosmos em que o indivíduo já nasce dentro e que para ele, ao menos enquanto indivíduo, se dá como um fato, uma crosta que ele não pode alterar e dentro da qual tem que viver” (2004, p.48).

Os atores, numa dominação burocrática, obedecem em virtude da validade das regras, normas e ordenamentos e não nas condições e/ou atributos pessoais daquele que manda. Quem está no topo da hierarquia representa esses estatutos, mas o que ele é, enquanto indivíduo, não influencia para a efetivação de sua atividade. Dentro da burocracia, a competência do funcionário deve-se ao âmbito de deveres e serviços estatuídos e objetivamente limitados, com a delimitação de poderes necessários para a realização da função e com fixação estrita dos meios coativos em relação a aplicação (WEBER, 1992, p.174). Esse modelo de gestão, aplicável às empresas privadas, públicas e ao próprio Estado, garante eficácia na realização das atividades, pois é o modelo mais racional de gestão e administração de pessoas. A escola, como instituição pública ou privada, comporta esses aspectos, ao separar hierarquicamente os funcionários, dividi-los em funções distintas com graus de autoridade distintos para realizarem suas atividades, com poderes coativos relativos a função que ocupam. A eficiência do sistema, para Weber, refere-se ao fato de que cada indivíduo ocupa seu lugar determinado, com suas atividades específicas, promovendo o funcionamento eficaz da engrenagem burocrática. Há vantagens nela que a coloca à frente de outros modelos de gestão, como a precisão, a continuidade, a disciplina, o rigor, a confiança, a calculabilidade, a intensidade e extensão no serviço, a aplicabilidade formalmente individual a toda sorte de tarefas e a possibilidade técnica de perfeição para alcançar um ótimo resultado. As relações de dominação não se dão apenas dos alunos em relação aos professores, mas entre os professores e os membros da equipe diretiva e demais “trabalhadores”, estes que constituem o quadro de funcionários.

Ademais, a impessoalidade no exercício das funções, garante a idoneidade do processo e o fim de relações pessoais, de amizade, cordialidade ou companheirismo, considerados elementos falhos, remetendo a modos de gestão em empresas familiares com uma lógica doméstica.

É perceptível que a burocracia se alicerça também num princípio de justiça baseado na eficácia do sistema e na igualdade de oportunidades. A primeira fazendo referência a uma lógica industrial e a segunda, a uma lógica cívica. O discurso sobre a eficácia está muito presente no sistema escolar, pois as avaliações (externas e internas) se pautam nela para elaborar uma planilha hierarquizadora dos melhores ou “grandes” da escola ou das instituições do país. Aliado a ele, a ideia de uma “igualdade de oportunidades” promove avaliações iguais para todos os estudantes, independentemente da escola que estudam, do contexto social em que ela está inserida e de sua própria história pessoal. O “paradigma da eficácia” na escola, retomando a expressão utilizada por Bruno Dionísio (2010, p.307), remonta-se aos finais do século XIX (período de maturação dos estudos weberianos), mas “o paradigma ganha fôlego mais consistente após a segunda

# INTERFACES: EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

REVISTA DO CURSO DE PEDAGOGIA



FACULDADE CNEC  
Santo Ângelo

guerra mundial. Os anos 1950 e 1960 marcam a especialização de alguns gabinetes universitários norte-americanos na fabricação de estudos científicos de avaliação da eficácia dos sistemas de ensino”. No Brasil, há o crescimento nos sistemas de avaliação a partir da lógica da eficácia, ou seja, daquelas escolas e/ou instituições universitárias que conseguem “transmitir” um maior número de conhecimento coerentemente com a avaliação a ser realizada pela “prova” ou ainda, pela quantidade de produção dos pesquisadores, no caso da Pós-Graduação.

Weber percebe que há necessidade, na burocracia, de um treinamento especializado dos funcionários e isso incidirá decisivamente nas instituições responsáveis pela educação, principalmente as escolas técnicas e as universidades. Mas, penso que a escola ao seu modo se adapta a esse sistema, ao preparar os estudantes para suas próprias avaliações fragmentadas e especializadas, além de buscar conduzir os alunos a elaborar uma “boa” avaliação externa, seja o ENEM ou os vestibulares. As escolas tornam-se não só instituições gestadas pela burocracia, mas “produtoras” de indivíduos capazes de adentrar ao sistema burocrático com o mínimo de “sofrimento” possível, afinal, a burocracia permeia todos os aspectos da vida social, em relação aos espaços fora da vida privada/doméstica.

A impessoalidade tem por condição necessária o treinamento especializado, pois “se o funcionário deixar de trabalhar ou seu trabalho é interrompido pela força, resulta o caos, sendo difícil improvisar substituições entre os governados que são capazes de dominar tal caos” (WEBER, 1979, p.265). Daí se segue a impressão cada vez mais frequente do senso comum de que “ninguém é insubstituível”, pois a máquina precisa funcionar independentemente da sorte enfrentada por seu operador. Não pode ser determinante para ela se o operador for X ou Y, mas que ele seja treinado para tal, dentro de um conjunto racional de tarefas claramente delimitadas, sem improviso.

Compreendo que a educação, num sistema burocrático, ganha o sentido de treinamento e não de desenvolvimento e construção do conhecimento, baseados na crítica, na autonomia, na criatividade e na atividade (enquanto ação). Para Weber, “as instituições educacionais do continente europeu, especialmente as de instrução superior [...] são dominadas e influenciadas pela necessidade de tipo de ‘educação’ que produz um sistema de exames especiais e a especialização que é, cada vez mais, indispensável à burocracia moderna” (1979, p.277).

Sobre os exames destacamos já sua presença e funcionalidade na escola, mas o sociólogo ainda faz um adendo, ao apresentar os exames como o elemento que selecionaria os melhores dentro de uma sociedade nivelada. A burocracia teria a força de romper com a antiga ordem social da aristocracia e do governo dos notáveis, ao necessitar de funcionários especializados no intuito de garantir a eficácia e não estabelecer uma rede de distribuição de poderes e privilégios. Portanto, haveria uma íntima relação entre burocracia e democracia de massas, pois a primeira “luta em toda parte por um ‘direito ao cargo’, pela adoção de um processo de disciplina regular e pela eliminação da autoridade totalmente arbitrária do ‘chefe’ sobre o funcionário [...]. Nisso, a burocracia é



# INTERFACES: EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

REVISTA DO CURSO DE PEDAGOGIA



FACULDADE CNEC  
Santo Ângelo

apoiada pelo sentimento ‘democrático’ dos governantes, que exige a minimização do domínio.” (WEBER, 1979, p.279). A “íntima relação”, por sua vez, reside no nivelamento social como ponto de partida, onde a burocracia se baseia no mérito a partir da noção de igualdade de oportunidades.

Porém, ao mesmo tempo em que se aproxima da democracia, a burocracia se afasta ao exigir os exames, porque eles parecem significar uma seleção justa entre todas as camadas sociais, mas a democracia teme a instauração de uma casta privilegiada a partir de um sistema de seleção pretensamente justo. Os exames passam a ser um meio de excluir, para garantir privilégios e um monopólio ao cargo. Qual a finalidade de exames, provas ou vestibulares de seleção dos mais qualificados? Conforme a argumentação desenvolvida, em primeiro lugar é atender às exigências da burocracia, que precisa de peritos e, em segundo lugar, o de excluir a maioria das pessoas, para formar uma casta que garanta seus privilégios e o monopólio dos cargos disponíveis. O que torna isso mais paradoxal é o fato de que essa “fórmula” é justificada a partir da “igualdade de oportunidades”, estabelecendo o mérito como elemento estratificador social em sociedades democráticas. Assim, apesar da relação primordial entre burocracia e democracia, ela tende a se tornar conflituosa em favor da primeira, pois ao que me parece, Weber considera o mundo moderno, seu mundo (e talvez o nosso), vencido pela burocracia. Tal vitória é respaldada pela independização do quadro de funcionários nesse modelo de gestão, pondo “em xeque o próprio controle externo sobre ele por parte dos dominantes, ao mesmo tempo que se afasta ainda mais dos dominados” (COHN, 2003, p. 186).

## **2 A escola para além da dominação burocrática**

É preciso ir para além de Weber se quisermos superar o Inferno de Dante para não encontrar a famosa inscrição – “Deixai toda esperança, ó vós que entraís” (Inf. III, 9) - nas portas das escolas. Apesar da análise do sociólogo de Heidelberg ser lúcida quanto ao avanço da burocracia na Modernidade, não posso deixar de mencionar a crítica habermasiana em relação à utilização de um conceito restrito de racionalidade para compreender o processo de racionalização social. Weber ajuda a compreender a “engrenagem burocrática”, mas fecha a possibilidade emancipatória da ação dos atores em geral e da escola em particular – em especial quando se cogita um mundo “vencido” pela burocracia e a independização do quadro de funcionários. Para Habermas, “Marx, Weber, Horkheimer e Adorno identificam a racionalização social com o aumento da racionalidade instrumental e estratégica dos contextos de ação” (1987a, p. 199), mas os conceitos de ação não são tão complexos para apreender todos os aspectos da racionalização social, isto é, a racionalização não pode ser avaliada simplesmente tomando por base a racionalidade instrumental. Influenciados pelos estudos weberianos,

# INTERFACES: EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

REVISTA DO CURSO DE PEDAGOGIA



os pensadores que antecedem Habermas na teoria crítica, não contemplam em suas análises um conceito ampliado de ação e de racionalidade.

Nesse sentido, Habermas faz uma distinção entre dois modelos de racionalidade: uma instrumental, orientada ao sucesso, de natureza estratégica, mediatizada pelo dinheiro e o poder e outra comunicacional, que é orientada pela necessidade de intercompreensão. Para caracterizar a racionalidade de uma organização, Weber considera o grau como uma empresa ou instituição assegura a ação social racional voltada a fins pelos seus membros (HABERMAS, 1987b, p. 434). Tal modelo apresenta dois problemas: a) as organizações não conseguem solucionar seus problemas só, ou prioritariamente só, por meio de uma ação racional voltada a fins e; b) não há uma relação de dependência linear entre a racionalidade da organização e a racionalidade da ação de seus membros. Portanto, mesmo que a escola esteja tomada pela organização burocrática e por um modelo de racionalidade instrumental, não é possível concluir que as ações dos indivíduos sejam apenas “instrumentais”, porque há situações que extrapolam a jurisdição dos ordenamentos, regras e/ou estatutos, exigindo um comum acordo para a realização da tarefa. Ou ainda, não há como pressupor a existência de uma dominação legal que não seja amparada legitimamente pelo consenso, tácito ou explícito, dos atores, isto é, na base de todo ordenamento, regra e/ou estatuto há o elemento comunicacional que o põe em movimento.

Partindo da diferença entre a racionalidade instrumental e a racionalidade comunicacional, Habermas distingue “sistema” de “mundo da vida” e as possibilidades contemporâneas de colonização do primeiro sobre o segundo.

Habermas não acredita no fim do mundo sistêmico, considerando-o como produto da evolução histórica do Ocidente e a racionalidade instrumental como necessária para a economia capitalista e a organização do Estado moderno. Mas, admite que sua expansão colonizadora conduza a problemas cruciais para a emancipação humana, limitando a possibilidade da liberdade, da democracia e da comunicação no espaço público. Quando o “sistema”, próprio do funcionamento do Estado e da Economia Capitalista, rompe seus limites e transfere sua lógica para o “mundo da vida”, ocorre uma patologia social.

Se há uma patologia social que afeta a escola, também é preciso considerar que ela pode ser superada mediante a possibilidade dos atores estabelecerem relações com base na comunicação, não mais pautados por uma racionalidade instrumental, objetificadora do outro. Com Weber essa possibilidade é quase nula, donde a permanência da dominação burocrática ocorre pela legitimidade extraída da crença na validade dos estatutos. Numa crítica sutil à Weber, Sennett percebe que organização burocrática não é totalmente produtora da “perda de liberdade” ou anulação da subjetividade, quando argumenta que “as estruturas burocráticas permitem interpretar o poder, conferir-lhe sentido no campo de ação; podem, assim, dar aos indivíduos a sensação de estar agindo por conta própria” (2006, p.40). Portanto, mesmo com uma estrutura piramidal, em que as ações são instrumentais, há necessidade de interpretação e, inclusive, de discussão das ordens “vindas de cima” ou preestabelecidas em estatutos, salvaguardando a

# INTERFACES: EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

REVISTA DO CURSO DE PEDAGOGIA



possibilidade de, ao menos, os sujeitos se sentirem livres e sujeitos de suas ações e de si mesmos.

Portanto, Weber permite analisar a escola a partir de sua caracterização do sistema burocrático e de sua lógica de funcionamento como gestão e organização de pessoas, ao passo que Habermas esclarece que a análise do sociólogo é problemática, na medida em que se restringe à racionalidade instrumental, desconsiderando a possibilidade da ação comunicativa, que busca o entendimento por meio da linguagem. Atenta, ainda, para a colonização do “mundo da vida” pelo “sistema”, produzindo uma “patologia social”, mas que não é determinante, pois sempre há a possibilidade de resistência ao “sistema” e de restauração da comunicação livre. Portanto, como e quais os motivos da burocracia ser uma patologia quando ela adentra na escola, isto é, ela é nociva para o desenvolvimento da subjetividade e dos “ensaios” para a cidadania? É possível pensar essa instituição sem um modelo de gestão e organização constituída sob uma racionalidade instrumental/burocrática?

Franz Kafka, em especial nas obras *O Castelo* e *O processo* elabora uma minuciosa reflexão alegórica sobre o mundo burocrático. “O mundo das chancelarias e dos arquivos, das salas mofadas, escuras, decadentes” (BENJAMIN, 2011, p.138). Minha atenção recai especialmente sobre *O Castelo* devido aos limites desse artigo e da necessidade de tomá-lo mais como um exemplo do que como centro de uma argumentação.

Na obra referida, Kafka apresenta o personagem K., cuja história pessoal o leitor desconhece, mas passa a conviver com seus problemas para chegar ao castelo ou ter acesso aos funcionários do conde, que se mostram inacessíveis e sequer querem vê-lo. A epígrafe do presente artigo é uma das mais paradigmáticas reflexões que faz K. quando recebe uma carta do Sr. Klamm a respeito de sua admissão no serviço de agrimensor. Ele não quer se tornar um trabalhador, quer mais que isso: ter uma vida, ser livre. Contudo, esse desejo é demasiado grande para o contexto em que todos, desde os funcionários do castelo aos camponeses que habitam a aldeia, cumprem estritamente regras, apesar de nem sempre entendê-las ou concordar com suas prescrições. É o mundo sufocante das normas, das regras, dos estatutos, dos ordenamentos, das hierarquias, dos arquivos: “eles rolaram, num estado de esquecimento do qual K. tentava contínua mas inutilmente se livrar; alguns passos à frente, bateram mudamente na porta de Klamm e depois ficaram deitados nas pequenas poças de cerveja e outras sujeiras que cobriam o chão” (KAFKA, 2008, p.52). Ademais, esse é o mundo em que “a imundície é de tal modo um atributo dos funcionários que eles podem ser vistos como gigantescos parasitas” (BENJAMIN, 2011, p.139).

A luta de K. está em não se tornar um funcionário, apesar do ambiente ser extremamente desencorajador para a realização dessa empreitada. Se todas as ações estão sujeitas a ordenamentos e a criatividade é negada, pois ela não é prevista dentro da perfeita organização, a burocracia torna-se impreterivelmente a organização da negação do sujeito. Esse “processo de burocratização” afeta inclusive K. que não percebe as



# INTERFACES: EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

REVISTA DO CURSO DE PEDAGOGIA



FACULDADE CNEC  
Santo Ângelo

diferenças entre os camponeses ou entre seus ajudantes, resolvendo chamá-los pelo mesmo nome (2008, p.26), apesar de querer ser reconhecido como um indivíduo: “- Você gosta daqui? – perguntou K e [...] apontou para todos eles [os camponeses] como se apresentasse uma comitiva que lhes tivesse sido imposta por circunstâncias especiais, esperando que Barnabás [...] distinguísse com sensatez entre ele e os outros” (KAFKA, 2008, p.31).

O assujeitamento é um processo relacionado à impessoalidade exigida pela burocracia, isto é, na medida em que se exige o cumprimento das tarefas “sem amor, sem paixão”, significa que elas precisam ser desenvolvidas sem a consideração dos sujeitos nelas envolvidos ou dos interesses pessoais daquele que exerce. Assim, pode haver uma ação social no sentido weberiano, mas num sentido normativo, não passa de comportamento.

Sobre o comportamento, Hannah Arendt afirma se tratar de uma das características da “sociedade”, conceito atribuído de maneira distinta àquele de Weber, para o qual a sociedade é composta de indivíduos agindo socialmente, não existindo em si mesma. Em Arendt, a “sociedade” é resultado de um processo de desenvolvimento da esfera social sobre a esfera pública, sendo caracterizada principalmente por atributos da esfera privada: administração do lar e de suas atividades, seus problemas e dispositivos organizacionais (2010, p.49), além de ser um desdobramento da sociedade aristocrática, de salão. Em resumo, a sociedade a partir da era moderna passa a ser um “conjunto de famílias economicamente organizadas de modo a constituírem o fac-símile de uma única família sobre-humana e sua forma política de organização é o Estado-Nação” (ARENDT, 2010, p.34).

O Estado-Nação é o precursor do governo burocrático, governo de ninguém, que exclui a possibilidade da ação, substituindo-a pelo comportamento. Para Arendt a ação é uma das condições humanas, cujo acontecimento só é possível mediante o encontro *entre-homens* num espaço de igualdade e liberdade, onde possam aparecer e se tornar singulares, ou seja, o espaço público. Concomitante ao advento da sociedade há a “vitória da igualdade”. Todos os indivíduos, independente do lugar, das condições pessoais, culturais, econômicas, políticas ou “sociais”, são considerados iguais, tornando a diferença e a distinção assuntos privados, rechaçados do público. Isso implica que não há espaço, a partir da era moderna, para os indivíduos se tornarem singulares, mas apenas de reproduzirem as condições de suas próprias vidas, enquanto existência biológica. Fazem tal reprodução por meio do trabalho (*labor*). “A indicação talvez mais clara de que a sociedade constitui a organização pública do processo vital encontra-se no fato de que, em um tempo relativamente curto, o novo domínio social transformou todas as comunidades modernas em sociedades de trabalhadores e empregados” (ARENDT, 2010, p.56). Para que a “sociedade” ganhe o adjetivo de “trabalhadores”, basta que todos os indivíduos compreendam suas atividades como o modo de sustentar suas próprias vidas e famílias. Ou seja, há uma vitória do *animal laborans*, aquele que torna sua vida um ciclo de reprodução do processo vital, reduzindo-se a trabalhador.

# INTERFACES: EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

REVISTA DO CURSO DE PEDAGOGIA



Essa é a angústia de K. Não quer se tornar um trabalhador, ou *apenas* um trabalhador. Quer ser reconhecido como K., com uma identidade, como sujeito singular, mas enfrenta a vida da aldeia que o reduz a “agrimensor”. A burocracia não o permite a possibilidade de agir, de instaurar o novo, o inesperado, o espontâneo, muito menos a possibilidade do erro. Ao descobrir, pelo Prefeito da aldeia, que não há necessidade de nenhum agrimensor e sua contratação foi uma falha do sistema, mas que era necessário a K. ficar na aldeia para não ser evidenciado o erro, afirma: “ela [a história sobre a falha do sistema] me entretém apenas pelo fato – disse K. – de que me oferece uma percepção da ridícula embrulhada que, conforme as circunstâncias, decide sobre a existência de uma pessoa” (2008, p.77).

Nesse sentido, também não há espaço para a política na burocracia, nos termos de Hannah Arendt. Ela se converte num modelo de administração, além de eliminar a existência do espaço público enquanto lugar da ação, da política. Na aldeia não há política, apenas administração. O debate ocorre sobre assuntos que, na maioria das vezes, já foram decididos por algum funcionário do castelo, conforme o relato do prefeito à K. (2008, p.80-81), sendo a liberdade apenas um simulacro. Notório na alegoria d’*O castelo*, que o professor também é um funcionário do prefeito, não questionando a autoridade ou o funcionamento do sistema. Ou seja, todo o contexto é favorável para a reprodução e manutenção da “sociedade” e do funcionamento burocrático, sem que haja muita expectativa de emancipação ou da singularização dos sujeitos. Kafkianamente falando, é o momento para um *oportuno desespero*.

Penso que Arendt fornece uma possibilidade de superação do modelo de organização burocrático e de seu domínio por meio da educação, o que não significa ser a educação um instrumento da política, para a produção de uma nova sociedade ou para a instauração de um mundo perfeito, utópico. “A educação não pode desempenhar nenhum papel na política, pois na política lidamos com aqueles que já estão educados” (ARENDT, 2007, p.225). Não só na política, pensar a educação como um instrumento para o trabalho (*labor*) é negar, do mesmo modo, a possibilidade do “novo” que cada nova geração carrega consigo enquanto possibilidade. É a “natalidade” a essência da educação e gênese da política, em que os seres humanos são capazes de iniciar um novo estado de coisas a despeito das circunstâncias, sempre que estiverem reunidos com outros, agindo mutuamente. Se for desejoso o fim da burocracia ou sua transformação para a manutenção de outros modelos de organização ou, ainda, para o estabelecimento de fronteiras claras onde ela pode atuar – destacando que a escola não é uma delas – cabe aos adultos essa tarefa e não à educação e às crianças e jovens. A educação não desempenha nenhum papel na política, pois nela os sujeitos se encontram em relativa desigualdade de responsabilidades: o professor é responsável pelas crianças e pelo mundo comum que ele representa e no qual deve introduzir as crianças e jovens.

A escola, nesse sentido, tem o papel de preparar os “novos” para o futuro e esse futuro é ser cidadão. Não há dúvida em relação à necessidade das pessoas trabalharem para manterem suas vidas, mas esse não é o aspecto fundamental e do qual todos se

# INTERFACES: EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

REVISTA DO CURSO DE PEDAGOGIA



ocuparão. Tomar isso como parâmetro é destruir as condições de possibilidade da fundação e refundação de corpos políticos e do próprio espaço público. K., na epígrafe do artigo, teme ver sua vida reduzida ao trabalho, pois quer ser sujeito dela e nela, quer agir, em suma, ser livre. A escola não pode privar as crianças e jovens dessa possibilidade, mas sim, instituir formas que possibilitem o exercício “experimental” da cidadania, da democracia, da criatividade, da autonomia, da espontaneidade, da novidade, em suma, da ação.

A ação é constitutiva da política, não só acontecendo no espaço público, como sendo capaz de criar o espaço público. Conforme tratei acima, a burocracia tende a suprimir tal espaço pela administração, como aconteceu na aldeia de *O castelo*. A ação só ocorre na medida em que os homens se reúnem num espaço em condição de igualdade e liberdade, essas que são características do espaço e não dos homens. A partir daí eles tem a condição de tornar visível sua singularidade perante os olhos dos demais, porque a política baseia-se na pluralidade, no fato de que *os homens* vivem na Terra e habitam o mundo. As aulas, o currículo, enfim, toda a estrutura escolar (material e imaterial) precisa atentar para a criação de possibilidades do desenvolvimento das capacidades individuais dos estudantes e da relação que essa pluralidade estabelecerá entre si, evitando a homogeneização (oriunda da igualização) e o conformismo. Para tanto, atrelado ao desenvolvimento dos sujeitos reside o “ensaio” para a cidadania.

Ninguém nasce cidadão e, por isso, a cidadania precisa ser aprendida, ensinada, ensaiada e pensada. Ela pressupõe um conjunto de direitos e deveres. Os direitos são políticos e civis. Os políticos são aqueles que garantem ao indivíduo a participação na política, que compreende a possibilidade de votar, se candidatar, etc. Os direitos civis são as liberdades individuais, liberdade de consciência, liberdade de expressão e justiça. Já os deveres dizem respeito, por exemplo, a respeitar as leis, pagar impostos, defender a sociedade. Assim, a escola burocrática é limitante, no sentido de não possibilitar o “ensaio” para a cidadania, pois tudo se resume a regras, normas, estatutos, ordenamentos, hierarquias, arquivos, etc. Não há ação, sujeitos, cidadãos, democracia ou escola. Mesmo que o mundo esteja vencido pela burocracia, a educação precisa conservar as crianças e jovens desse modelo de gestão, próprio da “sociedade” e do *labor*, confiando na esperança de que elas, quando adultas, possam instituir um novo espaço público, refundando a política. “Nossa esperança está pendente sempre do novo que a cada geração aporta [...]” (2007, p.243).

## Considerações finais

A justificativa para a manutenção da estrutura burocrática, intencional ou não, além das pressões externas, está na possibilidade de funcionamento perfeito, graças à precisão, a continuidade, a disciplina, o rigor, a confiança, a calculabilidade, a intensidade e extensão do serviço, a aplicabilidade funcionalmente individual a toda sorte de tarefas

# INTERFACES: EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

REVISTA DO CURSO DE PEDAGOGIA



e ao aprimoramento constante da técnica. Assim, a educação torna-se treino e técnica, em que os indivíduos são destituídos de sua personalidade para se torarem *mais um* ou *qualquer um*: professor, secretário, coordenador, aluno. Contudo, é preciso atentar à crítica de Habermas aos estudos weberianos sobre o processo de racionalização social. Para o filósofo, Weber opera com um conceito reduzido de racionalidade, não o permitindo compreender as possibilidades de resistência e emancipação dos atores. Nesse sentido, propõe utilizar uma distinção analítica entre “sistema” e “mundo da vida”, sendo que um é o espaço da racionalidade e das ações instrumentais e o outro da racionalidade e da ação comunicativa. Feita essa distinção, Habermas não vê como negativo o avanço burocrático, caracterizando-o como o resultado de uma evolução histórica em busca do aperfeiçoamento técnico e da eficácia. Entretanto, essa evolução torna-se uma patologia social quando invade espaços caracterizados pela comunicação, como a educação em geral e a escola em particular. “O autor reacende a crença no poder da racionalidade humana, levando-nos a acreditar que a razão é capaz de reconstruir e superar as limitações de certas concepções produzidas por ela mesma” (MÜHL, 2011, p.1043). É na possibilidade de se pensar que apesar da burocracia há a possibilidade de resistência mediante ações que visam o entendimento, que o atual avanço burocrático não se caracteriza como uma “jaula de ferro” na análise da escola contemporânea.

Kafka, por sua vez, teme que a vida se reduza ao trabalho (*labor*) fazendo juízos acerca do mundo burocrático (talvez resgatando suas próprias experiências como funcionário) por meio de uma alegoria desse mundo de ordenamentos, estatutos, normas, regras, leis, arquivos e hierarquias, mundo sufocante que nega a todo o momento a possibilidade dos sujeitos à singularidade. O domínio do impessoal nos afazeres conduz ao “comportamento”, e não a “ação”. K. quer agir, ser livre, autônomo, criativo. Entretanto, o comportamento significa comportar-se a partir de normas ou regras independentes das particularidades dos sujeitos, ou melhor, dos funcionários. Se um funcionário de alta convicção moral se torna um péssimo político, conforme sugeria Weber, um professor não pode ser um funcionário, pois sua responsabilidade reside na tarefa de introduzir as crianças no mundo, instruindo-as acerca dele. Tal responsabilidade, em Hannah Arendt, converte-se em autoridade, pois o professor está em relação às crianças como representante do mundo que as antecedeu. Ademais, a tarefa da educação e da escola não é a de “produzir” funcionários ou ainda, de reduzir as capacidades e possibilidades dos indivíduos a uma vida como *animal laborans*. Para tanto, a escola deve proporcionar momentos em que as crianças e jovens ensaiem para a vida pública, experimentando momentos de ação, que implica a possibilidade do novo, do inesperado, do espontâneo, do criativo, etc.

O “ensaio” para a vida pública visa dar conta de outra tarefa da escola, a de preparar para o futuro, que é ser cidadão. O cidadão é aquele que age do espaço público, fundando e preservando corpos políticos. Ele busca agir persuadindo, não pela violência. Suas ações podem instaurar o novo, possibilitando-o a aparecer e se tornar singular, pois isso só no espaço público, submetido aos olhares de todos os iguais. Deste modo, a escola



# INTERFACES: EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

REVISTA DO CURSO DE PEDAGOGIA



FACULDADE CNEC  
Santo Ângelo

burocrática é um entrave para a singularidade, assim como a burocracia o é para o espaço público. Penso que Arendt e Habermas permitem pensar na possibilidade dos adultos de converterem a burocracia num modelo de gestão específico para determinados lugares e não para todos e para as mais diversas instituições. A escola *pode* ser gestada por um modelo burocrático, mas isso à custa da possibilidade de renovação do espaço público, da continuidade e preservação do mundo, da singularidade dos sujeitos e da negação da responsabilidade dos adultos frente às crianças e jovens. Sobre isso, Arendt é enfática: “qualquer pessoa que se recuse a assumir a responsabilidade coletiva pelo mundo não deveria ter crianças, e é preciso proibi-la de tomar parte em sua educação” (2007, p.239).

## Referências

ALEGHIERI, Dante. *A divina comédia*. São Paulo: Editora 34, 2009.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 11.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

\_\_\_\_\_. A crise na educação. In.: \_\_\_\_\_. *Entre o passado e o futuro*. 6.ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BENJAMIN, Walter. Kafka: A propósito do décimo aniversário de sua morte. In.: \_\_\_\_\_. *Obras escolhidas: Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 2011.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

COHN, Gabriel. *Crítica e resignação: Max Weber e a teoria social*. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

\_\_\_\_\_. Introdução. In.: \_\_\_\_\_. (org.) *Weber*. São Paulo: Ática, 2003.

CARONE, Modesto. Pós-fácio: O Fausto do século 20. In.: KAFKA, Franz. *O castelo*. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

DIONÍSIO, Bruno. O paradigma da escola eficaz entre a crítica e a apropriação social. *Sociologia: revista do departamento de Sociologia da FLUP*, vol. XX, 2010.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.



# INTERFACES: EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

REVISTA DO CURSO DE PEDAGOGIA



FACULDADE CNEC  
Santo Ângelo

GERTH, H. H; MILLS, C. Wright. Introdução. In.: WEBER, Max. *sociologia*. 4.ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

HABERMAS, J. *Teoría de la acción comunicativa I: racionalidad de la acción y racionalización social*. Madrid: Taurus, 1987a.

\_\_\_\_\_. *Teoría de la acción comunicativa II: crítica de la razón funcionalista*. Madrid: Taurus, 1987b.

KAFKA, Franz. *O castelo*. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

MÜHL, Eldon H. Habermas e a educação: racionalidade comunicativa, diagnóstico crítico e emancipação. *Educ. Soc.*, Campinas, v.32, n.117, p.1035-1050, out.-dez. 2011.

SENNETT, Richard. *A cultura do novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

WEBER, Max. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

\_\_\_\_\_. *Economia y Sociedad: esbozo de sociología comprensiva*. 2.ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

\_\_\_\_\_. *Ensaio de sociologia*. 4.ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

WHIMSTER, Sam. *Weber*. Porto Alegre: Artmed, 2009.